

O NEGACIONISMO NO SÉCULO XXI NAS NOVAS DIREITAS BRASILEIRAS E SEUS IMPACTOS TEÓRICOS NAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DENIALISM IN THE 21ST CENTURY IN THE NEW BRAZILIAN RIGHT AND ITS THEORETICAL IMPACTS ON THE HUMAN AND SOCIAL SCIENCES

Mayara Balestro¹

<https://orcid.org/0000-0003-3751-6804>

Milleni Freitas Rocha²

<https://orcid.org/0009-0006-5791-4163>

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar de que forma as novas direitas mobilizam o negacionismo histórico-científico, com exemplificação no caso da Brasil Paralelo. Além disso, busca-se refletir como o negacionismo está inserido em um contexto mais amplo, tanto local quanto global, marcado pela ascensão das extremas direitas contemporâneas e como essa mobilização no século XXI impacta as Ciências Humanas e Sociais. O debate proposto está fundamentado em categorias analíticas amplas, como pós-verdade, novas direitas e negacionismo histórico-científico. Ao refletir sobre o papel do negacionismo histórico-científico no século XXI, é possível compreender como esse movimento, fixado em um fenômeno atual, está sendo debatido em outros meios. Isso permite entender os avanços nas discussões acadêmicas sobre como esses discursos são mobilizados fora de um quadro referencial limitado às questões do século XX.

Palavras-chave: negacionismo; histórico-científico; pós-verdade e extrema direita brasileira.

¹ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com estágio doutoral realizado junto à Universitat Autònoma de Barcelona (UAB/Espanha). Mestra em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2021). Possui graduação em História pela Universidade do Oeste Paulista (2017). Integra o grupo de pesquisa História Política e Social (LAHPS). Pesquisadora associada ao Observatório da Extrema Direita (OED) - Brasil e ligado ao grupo de pesquisa Direitas, História e Memória (DHM), ambos credenciados no CNPq. Email: mayarabalestro128@gmail.com.

² Doutoranda em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) [2024 -], mestra em Sociologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) [2021-2023], bacharela e licenciada em História pela UFRJ [2015-2021]. Produziu pesquisa na área de Antropologia Urbana entre 2016 e 2021 e integra o Núcleo Interdisciplinar de Estudos Judaicos (NIEJ-UFRJ) desde 2015. Email: millenifrochaa23@gmail.com.

ABSTRACT

This article aims to analyze how the new Brazilian rights mobilize historical-scientific denialism, exemplified in the case of Brasil Paralelo. Furthermore, we seek to reflect on how denialism is inserted in a broader context, both local and global, marked by the rise of contemporary extreme right-wingers, and how this mobilization in the 21st century impacts the Human and Social Sciences. The proposed debate is based on broad analytical categories, such as post-truth, new rights and historical-scientific denialism. However, when reflecting on the role of historical-scientific denialism in the 21st century, it is possible to understand how this movement, fixed on a current phenomenon, is being debated in other media. This allows us to understand advances in academic discussions about how these discourses are mobilized outside of a referential framework limited to 20th century issues.

Keywords: denialism; historical-scientific; post-truth and Brazilian extreme right.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo consiste em analisar de que modo as novas direitas brasileiras mobilizam o negacionismo no século XXI em prol dos seus interesses políticos, bem como examinar as possíveis armadilhas teóricas inerentes ao seu enquadramento no âmbito das Ciências Humanas e Sociais. Partindo do fenômeno do ressurgimento de líderes autoritários em escala global e, mais especificamente, no contexto brasileiro contemporâneo, constata-se que na categorização do negacionismo em relação às noções de realidade e de verdade podem ocorrer equívocos conceituais significativos. Tais equívocos, por sua vez, tendem a limitar as análises sobre o fenômeno, ao mesmo tempo que problematizam a religião como parte deste processo de negacionismo. Além disso, propõe-se a realização de um estudo de caso centrado na empresa Brasil Paralelo, com o intuito de refletir como tal empresa por meio de suas produções audiovisuais se apropria de fatos históricos para atribuir uma noção de verdade àquilo que está sendo oferecido ao seu público-alvo. Dessa forma, a reflexão desenvolvida está ancorada em categorias de análise vinculadas à pós-verdade, às direitas extremistas e ao negacionismo histórico-científico, situando-as em um contexto mais amplo que abrange as direitas brasileiras e suas interconexões com movimentos globais contemporâneos.

Em 2016, o Dicionário de Oxford elegeu “pós-verdade”³ como a palavra do ano devido ao seu crescente uso midiático. Seu significado basicamente remete a uma aparência de verdade em um discurso falso ou omissivo. Quase uma década depois vimos a ascensão da extrema direita

³ Acesso em: 01 dez. 2024. Disponível em: <https://languages.oup.com/word-of-the-year/2016/>.

ao redor do mundo a partir de um discurso imbuído de pânico moral⁴, de ódio, de messianismo, de xenofobia, de racismo e de negacionismo. Os fenômenos classificados como pós-verdade e como negacionistas se conectam no campo de atuação da nova extrema direita (classificaremos a seguir) na forma como fraudou a realidade ou mobiliza certos fatos verdadeiros envoltos de uma intencionalidade política que omite, silencia e apaga acontecimentos que contradizem a proposição central.

Os novos fenômenos políticos vinculados à extrema direita têm exigido a elaboração de categorias mais contemporâneas, que permitem um enquadramento analítico no qual a distinção entre categorias nativas e categorias de análise seja viável. Diante disso, observa-se que, nas historiografias dedicadas ao estudo do negacionismo, persiste um debate intenso acerca dos limites desse enquadramento teórico e metodológico. O negacionismo histórico-científico é caracterizado por uma negação de um fato ou de um acontecimento que é causa de outro. Podemos afirmar que a instrumentalização do conhecimento histórico-científico não se limita a uma mera disputa de narrativas, mas assume um caráter estratégico na construção de uma agenda moral-conservadora que busca deslegitimar as instituições democráticas e questionar os cientistas.

Segundo Letícia Cesarino (2022, p. 205), com base em Bruno Latour (2019) e Tatiana Roque (2021), nas últimas décadas, tem-se observado um crescente reconhecimento de que a crise política e a crise científica estão intrinsecamente relacionadas. As semelhanças estruturais entre esses dois fenômenos são tão significativas que podem ser interpretadas como manifestações de uma única crise.

A análise de Rodrigo Nunes (2022, p. 6) considera o negacionismo como um elemento afetivo central do nosso tempo, constituindo-se como um componente necessário do estado anímico coletivo. A questão é que vemos sendo formada uma comunidade de afetos, ou seja, o negacionismo contemporâneo produz a percepção de que não importa a verdade, importa como me sinto e minha comunidade se sente diante de uma notícia. O sentimento de verdade é proveniente da aproximação objetiva discursiva e lexical com os valores subjetivos estabelecidos nos sujeitos. Portanto, não importando que seja mentira ou que tenha consciência racional da mentira veiculada pelas “fake-news”, as pesquisas⁵ mostram que o sentimento político de pânico moral, ódio às minorias e valores conservadores são o suficiente para comover esses sujeitos, repetimos, mesmo com a consciência da mentira.

Nunes destaca que, embora o negacionismo do Holocausto esteja fortemente presente em grupos de extrema direita, assim como o negacionismo climático, o ponto principal reside em compreender quais demandas sociais, políticas e emocionais esses discursos negacionistas buscam atender. No negacionismo clássico do Holocausto nas décadas de 1960 e 1970 é negado o papel das câmaras de gás no assassinato de milhares de pessoas, sendo atribuído a Tifo como causadora dessas mortes, portanto, há uma desresponsabilização do aparato nazista e na negação de que houve genocídio contra os diversos grupos perseguidos pelo regime.

Desse modo, um ponto de partida para compreender o lugar do negacionismo histórico-científico dentro dessa disputa da extrema direita brasileira contemporânea é a própria

⁴ O “pânico moral” como conceito foi criado para caracterizar a criação e o fomento de um medo das minorias e de suas formas de vida demonizadas politicamente. (Ver Cohen, 2011).

⁵ (Cohen, 2011).

diferenciação conceitual de categorias sobre novas direitas e novas extremas direitas, bem como sua atuação frente às teses negacionistas. Partimos de Cas Mudde (2022, p. 34) para compreender o que esse novo fenômeno de ascensão da extrema direita global representa para o século XXI. Segundo Mudde (2022), estamos vivenciando a quarta onda desse fenômeno político, consolidado no século XXI. Esta fase está marcada pelo impulsionamento de grupos extremistas capazes de capitalizar politicamente três crises globais: os ataques terroristas de 2001, a recessão econômica de 2008 e a crise dos refugiados de 2015. Tal crise conseguiu catalisar o surgimento de uma onda sem precedentes nas democracias ocidentais, ainda que diferentes em seus respectivos espaços geográficos. Uma das características centrais desta quarta onda é a normalização e a institucionalização da extrema direita nos sistemas políticos. Esse movimento evidencia como esses grupos extremistas ascendem ao poder e de que forma utilizam o negacionismo histórico-científico como estratégia em suas campanhas ou em seus discursos, especialmente nas redes sociais.

Assim, a análise do negacionismo no contexto da extrema direita brasileira contemporânea deve considerar não apenas suas raízes históricas e políticas, mas também o cenário global de ascensão e de legitimação desses movimentos, que redefinem o atual momento. O caso brasileiro reflete e dialoga diretamente com essa tendência global, marcada por vários tipos de crises, na qual a extrema direita se institucionaliza e utiliza o negacionismo histórico-científico como ferramenta para legitimar os seus discursos. No Brasil, grupos como aqueles representados pela empresa Brasil Paralelo exemplificam como o negacionismo histórico-científico é mobilizado para reescrever a história e influenciar o debate público. Sendo assim, o fenômeno local não pode ser analisado isoladamente, mas como parte de um movimento mais amplo do século XXI.

Nesse contexto, as novas direitas podem ser compreendidas a partir da análise da cientista política Camila Rocha (2018), que associa a formação e o crescimento desses grupos à organização de espaços de discussão e de militância na internet, especialmente durante o auge do lulismo, entre 2006 e 2010. Ou seja, a aversão ao governo petista pode ser entendida como um processo de reação de grupos das novas direitas a partir do apoio ao governo Lula, iniciado no escândalo do mensalão, em 2005. Esse processo de mobilização e de organização das novas direitas no Brasil, portanto, não apenas reflete as dinâmicas globais de ascensão da extrema direita, mas também manifesta como o negacionismo histórico-científico e o uso estratégico das redes sociais são fundamentais para mobilizar determinados grupos com narrativas específicas, alinhadas aos interesses desses grupos.

Segundo Zambello, Mattos e Silva e Di Carlo (2021, p. 7), a ascensão das novas direitas no cenário político brasileiro do século XXI é marcada por uma pluralidade e uma heterogeneidade dos grupos que compõem esse espectro. Para ele, destacam-se três principais vertentes dentro desse movimento: 1) os conservadores tradicionais, sendo a principal figura Olavo de Carvalho; 2) os ultraliberais, organizados em torno de organizações como o Instituto Mises Brasil e o Movimento Brasil Livre (MBL) e 3) os cristãos conservadores, os quais defendem uma agenda moral-religiosa. Essa diversidade de vertentes, no entanto, compartilha um traço comum: o uso estratégico do negacionismo histórico-científico e das redes sociais para difundir essas narrativas.

Apesar das divergências ideológicas e estratégicas entre esses grupos, Bianchi destaca que há pontos de convergência significativos, especialmente entre os conservadores tradicionais e os ultraliberais. Essas convergências, segundo o autor, estão materializadas na figura de Olavo de

Carvalho, cuja influência intelectual e política atua como um eixo articulador entre as diferentes correntes. Carvalho não apenas fornece um arcabouço teórico para a crítica ao progressismo e ao marxismo cultural, mas também estabelece uma ponte entre o conservadorismo moral e o liberalismo econômico, consolidando-se como uma figura central no processo de unificação discursiva desses atores.

Partindo desse contexto de ascensão das novas direitas no Brasil a partir do século XXI e da atuação dos grupos anteriormente destacados, adotamos como ponto de partida para analisar o caso a empresa Brasil Paralelo, reconhecida como um dos principais fenômenos de disseminação de teses negacionistas, tanto no âmbito local quanto global.

BRASIL PARALELO: NEGACIONISMO À BRASILEIRA NO CONTEXTO DE ASCENSÃO DAS NOVAS DIREITAS BRASILEIRAS

Surgida em Porto Alegre no ano de 2016, em um contexto marcado pelo golpe contra a presidente Dilma Rousseff e pela ascensão do fenômeno político-cultural denominado “novas direitas”, a empresa Brasil Paralelo foi fundada por Henrique Leopoldo Viana, Lucas Ferrugem e Filipe Valerim. Em seu site oficial, a Brasil Paralelo se define como uma instituição privada voltada para a educação e o entretenimento, cujo objetivo central é a produção de conteúdos audiovisuais que abordam temas relacionados à História do Brasil, à política, à educação e demais áreas do conhecimento. Além disso, disponibiliza conteúdos exclusivos em sua plataforma digital – BP Select – para os membros assinantes que contribuem financeiramente para a sua manutenção, denominados mecenas. Paralelamente, divulga a maior parte dos seus vídeos em seu canal no YouTube, que atualmente ultrapassa 4,28 milhões de inscritos e conta com um acervo de aproximadamente 5,5 mil vídeos.⁶

Entre os vídeos produzidos, a empresa aborda temas de interesse estratégico e de relevância social, como a História da ditadura brasileira (1964-1985), o caso da pandemia de covid-19 e sobre as Universidades brasileiras. Quanto ao período da ditadura brasileira, o documentário da Brasil Paralelo intitulado: *1964: O Brasil entre armas e livros* retrata o contexto democrático que emerge após Getúlio Vargas, a criação de Brasília, o mundo pós Segunda Guerra Mundial e Guerra Fria, as supostas ameaças comunistas no Brasil, a deposição do ex-presidente João Goulart, assim como o período que se inicia como Golpe de 1964. Essa produção audiovisual possui a duração de mais de duas horas e é uma das mais visualizadas da Brasil Paralelo. Ademais, é importante ressaltar que, até o presente momento, alcançou a marca de mais de 11 milhões de visualizações.⁷

Nesse sentido, a tese hegemônica construída por grupos associados às novas direitas brasileiras, em especial por meio da produção da Brasil Paralelo, constitui-se como um dos mais evidentes frutos de um negacionismo histórico consolidado por esses atores. Essa narrativa articula duas teses centrais: o anticomunismo e o antipetismo, revelando uma disputa incessante

⁶ BRASIL PARALELO. **Canal oficial no YouTube.** Disponível em: <https://www.youtube.com/@brasilparalelo>. Acesso em: 07 jan. 2025.

⁷ BRASIL PARALELO. **1964: O Brasil entre armas e livros.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yTWHRPlg>. Acesso em: 07 jan. 2025.

pelo imaginário social. Assim, para além de um negacionismo dos fatos históricos, uma das bases fundamentais desses grupos reside na mobilização de afetos, que sustentam e amplificam sua influência no debate público.

No Brasil, essa tem sido uma das principais estratégias utilizadas por movimentos conservadores e por grupos religiosos nas plataformas digitais, que negam as mais variadas violências encontradas em determinados períodos históricos do país, tais como apontado anteriormente a própria ditadura brasileira, o genocídio indígena e a escravidão. O problema central do negacionismo reside precisamente em sua tentativa de ocultar determinadas formas de violência presentes no passado da vida pública nacional, uma vez que esse movimento se restringe a reinterpretar ou omitir eventos que são, de fato, de extrema relevância para a compreensão histórica. Como afirma o historiador Arthur Avila (2019, n.p.):

A negação do passado equivale, nesse sentido, a uma negação do presente: se nenhum processo histórico causou os problemas contemporâneos, eles podem ser pensados por um lado como o resultado de simples opções individuais e, por outro, como consequência de disposições ou talentos inatos. Igualmente, se, como querem os colaboradores do Brasil Paralelo, a carta constitucional ainda (ainda?) vigente no país é resultado do retorno dos derrotados em 1964 ao poder, então é a própria legitimidade de nossa democracia que está em questão – o que, evidentemente, se coaduna com os interesses políticos imediatos daqueles que se imaginaram fundando uma nova ordem depois das eleições de 2018 e que, ao longo dos anos, já emitiram reiteradas opiniões de desprezo contra nosso regime democrático.⁸

Segundo Pablo Rosa *et al.* (2024, p. 201), é evidente que o revisionismo opõe-se radicalmente ao negacionismo. Enquanto o primeiro é produzido de forma científica, baseando-se em teorias, metodologias, conceitos e na avaliação por pares, o segundo está intrinsecamente ligado ao fenômeno da pós-verdade, selecionando variáveis que reforçam o viés de confirmação e promovem a construção de uma “autoverdade”.

A palavra “negacionismo” passou a ser usada em sentido contrário ao empregado pelos próprios negacionistas, que se viam como fundadores de uma “escola revisionista” e pretendiam conferir credibilidade intelectual e científica ao que não passava de falsificação e de distorção de evidências. Ainda assim, como aponta Enzo Traverso (2012, p. 93-94), eles conseguiram contaminar a linguagem e criar confusão no debate público. Isso ocorreu, em parte, pela própria ambiguidade da noção de “revisionismo que, longe de se restringir ao debate acadêmico historiográfico, pode ser considerado um fenômeno político relacionado às práticas e aos discursos que questionam as relações que as sociedades estabelecem com seus passados”.

É importante apontar que as narrativas revisionistas e negacionistas possuem mecanismos ora de manipulação ora de modulação por meio de estratégias que envolvem o esquecimento proposital de determinados fatos históricos e a rememoração demasiada de outros. Um caso emblemático desse movimento é quando o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, filiado na época ao PL – Partido Liberal, participou do programa Roda Viva no canal da Cultura em 2018 e questionou a veracidade dos fatos históricos sobre a Ditadura Civil-Militar e a escravidão. Em uma

⁸ CAFÉ HISTÓRIA. **Negacionismo histórico e historiografia.** Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/negacionismo-historico-historiografia/>. Acesso em: 15 jan. 2025.

das suas falas, o ex- Presidente do PL argumenta, “se for ver a história realmente, os portugueses nem pisavam na África, eram os próprios negros que entregavam os escravos”.⁹

Outra figura emblemática no questionamento de fatos históricos e na disseminação de materiais produzidos pela empresa Brasil Paralelo é o deputado federal Eduardo Bolsonaro. Em agosto de 2019, Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) afirmou por meio do Twitter que vem se preparando para a sabatina no Senado assistindo ao YouTube para aprender mais sobre a História Nacional. Em postagem, o deputado escreveu “tenho estudado para a sabatina e isso inclui estudar a história nacional. Assim, tenho revisto episódios do @brasilparalelo sobre a história do Brasil, como o episódio que trata da nossa independência passando por Leopoldina, Bonifácio e Princesa Isabel.”¹⁰ Tendo em conta a capacidade estratégica e organizativa que grupos ligados ao governo Bolsonaro possuíam durante aquele contexto, com forte atuação em redes e plataformas digitais, a proposta de conteúdos oferecida pela empresa dispunha assim de um vasto mercado para sua circulação.¹¹

Na imagem a seguir, observa-se Eduardo Bolsonaro no seu Twitter ressaltando sua postagem.

Figura 1 - Eduardo Bolsonaro no seu Twitter.



Fonte: VEJA. **Eduardo Bolsonaro estuda história em canal acusado de fake news.** Disponível em: https://veja.abril.com.br/politica/eduardo-bolsonaro-estuda-historia-em-canal-acusado-de-fake-news#google_vignette. Acesso em: 15 jan. 2025.

⁹ EXAME. **No Roda Viva, Bolsonaro questiona escravidão e cotas.** Disponível em: <https://exame.com/brasil/no-roda-viva-bolsonaro-questiona-escravidao-e-cotas/>. Acesso em: 15 jan. 2025.

¹⁰ BOLSONARO, Eduardo. Tenho estudado para a sabatina e isso inclui estudar a história nacional. Assim, tenho revisto episódios do @brasilparalelo sobre a história do Brasil, como o episódio que trata da nossa independência passando por Leopoldina, Bonifácio e Princesa Isabel. 25, agosto, 2019. Twitter: @BolsonaroSP. Disponível em: <https://twitter.com/BolsonaroSP/status/1165809702581735424>. Acesso em: 15 jan. 2025.

¹¹ Sobre as estratégias mercadológicas da empresa, veja também PAULO, Diego Martins Dória. **“Os mitos da Brasil Paralelo – uma face da extrema-direita brasileira (2016-2020)”**. In: Rebelia. Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos, vol. 10, n. 1, 2020.

A postagem de Eduardo Bolsonaro no Twitter, em agosto de 2019, ao mencionar o uso de materiais da Brasil Paralelo como fonte de estudo para a história nacional, ilustra a estratégia de figuras políticas em legitimar narrativas revisionistas e negacionistas por meio de plataformas digitais. Nesse caso, é possível compreender que há um real interesse desses grupos não apenas em controlar a narrativa acerca das verdades históricas, mas a própria história enquanto ciência e ensino. Isso fica evidente a partir da produção e da disseminação da empresa Brasil Paralelo ao operacionalizar os usos e os abusos da história.

ARMADILHAS NAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS ACERCA DA PRODUÇÃO NEGACIONISTA

A produção historiográfica é mediada por representações, narrativas e de algum modo ficções (Hutcheon, 1991; Jablonka, 2017). Aqui há uma clivagem entre ficção e mentira, sendo a ficção uma produção narrativa que se vê mediada pela linguagem e sujeita a ela. Ao afirmar a ficção como parte da historiografia não se trata de expor uma fragilidade do conhecimento histórico, mas de enquadrar como parte integrante de sua matéria-prima constituída da produção humana complexa e diversa, que deixa suas pegadas em registros tratados metodologicamente de maneiras diferentes.

A aproximação da ficção como sinônimo de “inverdade” do conhecimento demonstra ser uma armadilha da própria produção historiográfica que não se enxerga limitada pela representação e pela linguagem. Portanto, nas produções das Ciências Humanas e Sociais o fenômeno sócio-histórico está representado pela linguagem e mediado por ela. Sendo assim, não há como se desvincilar dos parâmetros linguísticos para retratar e analisar os fatos sociais. Ou seja, o conhecimento histórico é mediado pela linguagem, pois sem ela não há suporte simbólico para pesquisar, examinar e ensinar História. A essa conclusão chegam Ivan Jablonka (2017) e Linda Hutcheon (1991), quando analisam as interseções e as divisões das Ciências Humanas e Sociais com a literatura e as ficções. Essas análises são feitas pelos autores sobretudo da disciplina História para pensar o regime de verdade no qual está calcado o conhecimento histórico-científico e sem o qual não há rigor historiográfico, entretanto, sem a presença do ficcional não há regime de verdade. Em algum sentido, a realidade é descrita de modo ficcional, pela linguagem e pela estrutura narrativa.

A história como narração de acontecimentos do passado não é necessariamente propriedade da disciplina História ou da historiografia, entretanto, ao encontrarmos menções à disciplina História no campo político temos uma dimensão de seu investimento discursivo como legitimador, como por exemplo no caso da Brasil Paralelo. Nesse sentido, há como Jorn Rusen (1994) afirma uma cultura histórica que permeia os diversos campos da produção cultural, midiática e artística. Sendo assim, a própria produção científica entra no campo da cultura histórica como parte do real.

A complexidade do real, da realidade e da verdade para as Ciências Humanas e Sociais representa um debate interno acadêmico e próprio do seu funcionamento, não podendo ser

confundida com o projeto do negacionismo, que visa não se colocar à prova, não se colocar como possibilidade de ser verificável pois não é um saber calcado na metodologia das Ciências Humanas e Sociais, sejam elas de abordagem ou escola estruturalista, pós-moderno, multiculturalista etc.

Para Luís Edmundo Moraes (2022), o negacionismo não é fruto das lacunas produzidas na academia, tampouco os negacionistas se importam com o que se produz academicamente. Sendo assim, o negacionismo da história é visto como uma criação política que produz falseamentos do real. Nesse sentido, o negacionismo se produz como uma “outra visão legítima” de um determinado fato histórico. Assim, o posicionamento negacionista se vende como “razoável” a partir da noção de que há “pontos de vista” sobre dados materiais da realidade. A questão central da análise de Moraes (2011) é se opor justamente à classificação do negacionismo como uma atividade similar ao que se produz nas Ciências Humanas. Pois os objetivos do negacionismo e das práticas de seus produtores não são colocados à prova, discutidos e elaborados com rigor acadêmico.

O real não é um tema simples para o conhecimento metodologicamente científico nas Ciências Humanas, sobretudo na História com tal conhecimento produzido nas instituições acadêmicas e calcado em um regime de verdade (Hartog, 2013), a partir da anuência de pares e da comunidade acadêmica. A realidade histórica é um conhecimento cientificamente mediado, ou seja, não há como acessar o passado sem suas mediações. As mediações são as fontes atreladas à sua discursividade, fundamentais para o trabalho historiográfico e se trata de registros escritos ou produções materiais e imateriais da atividade humana ao longo do tempo em um determinado espaço. O ofício do Historiador se torna próximo em alguma medida do juiz¹², de forma muito resumida, o trabalho do historiador caracteriza a busca por provas e a seleção de verdades documentadas ou testemunhadas.

Dadas as novidades da produção negacionista no século XXI, de forma quase prognóstica, o artigo de Jean-Clément Martin (1998) traz a relevância de se elaborar novas formas para lidar com o negacionismo a partir de sua crítica acerca da atribuição de verdade do fazer acadêmico e historiográfico por meio de um processo jurídico. Onde, ao fim e ao cabo, seria no tribunal em que os historiadores seriam chancelados como detentores de uma verdade histórica e os negacionistas seriam os derrotados.

Os debates universitários, frequentemente ásperos, têm-se mostrado, na prática, insuficientes para responder aos defensores do “negacionismo”, conduzindo essas questões às salas de audiência, promovidos, em última instância, como único lugar capaz de encerrar as argumentações, pelo enunciado da lei, ou, ao menos, pela afirmação do interesse público. Para o pesar de historiadores que, como Pierre Vidal-Naquet, se empenharam em denunciar, por escrito e de viva voz, as teses negacionistas, o que se esperava dos julgamentos era que determinam uma palavra por verdadeira e permitissem à sociedade constituir-se em torno dela – a necessidade da conexão social presidindo a toda e qualquer outra consideração (Martin, 1998, p. 13).

Dizemos isso pois, para Moraes (2011), há um erro metodológico quando se tenta aproximar o negacionismo histórico das teorias pós-modernas, pois essa crítica especificamente pressupõe

12 “Na fabricação do tecido social, o historiador e o juiz são, em conjunto, confrontados com a necessidade de proclamar regras que devem organizar a compreensão do desenvolvimento do real.” (Martin, 1998, p. 20).

que os negacionistas leram esses autores pós-modernos e a partir dessas ideias formularam suas teses negacionistas, ou a falácia que os negacionistas se apropriam das ferramentas de análise acadêmicas para formular suas ideias. Para Moraes, “o negacionismo seleciona o que pode interessar à sua cadeia argumentativa e, caso não ache, inventa” (Moraes, 2022, p. 87). Por isso, o autor se refere a uma “negação negacionista” (Moraes, 2011) em que a negação da realidade tem um fundamento de produzir dúvidas sobre um determinado acontecimento histórico e principalmente, “a necessidade política imperiosa de negar o passado exige que se esteja convencido de que o passado, de fato, se passou, e que suas negações são asserções falsas, mas necessárias.” (Moraes, 2022, p. 101).

Portanto, o negacionismo é conscientemente e politicamente orientado, não podendo ser confundido com negações inconscientes do real. Moraes faz uma crítica fundamentada na noção de que o que se produz academicamente a partir da abordagem pós-moderna e pós-estruturalista não necessariamente representa um diálogo ou uma continuidade com o negacionismo, com todas as críticas feitas a este segmento como desestabilizador dos paradigmas anteriormente consolidados, principalmente quando em alguns casos deslegitimam o conhecimento acadêmico autocentrado e devedor de uma tradição Iluminista da produção intelectual.

Dentro desse campo de auto-reflexão das Ciências Humanas e Sociais, há uma crítica relevante feita aos paradigmas da pós-modernidade e ao autocentramento do pensamento europeu como provedor da modernidade para o Sul Global, proveniente das produções dos Estudos Subalternos, sobretudo na obra *Provincializing Europe*, escrita por Dipesh Chakrabarty (2007). Os Estudos Subalternos, tributários dos estudos marxistas e provedores da crítica pós-colonial, sobretudo após a década de 1970, contribuem para a construção de uma epistemologia que engloba sociedades onde a modernidade europeia negocia sua hegemonia até o século XXI. No caso da Índia, para Chakrabarty, há formas de vida e comunidade organizadas que representam dúvidas acerca dos limites de enquadramentos possíveis no pensamento eurocêntrico.

Para essa crítica de Chakrabarty, há uma sustentação ambivalente a ser feita acerca da epistemologia do historicismo, cuja modernidade europeia¹³ é insuficiente e ao mesmo tempo incontornável para se produzir reflexões abrangentes de realidades periféricas, diversas e provenientes de culturas com suas formações próprias. Nesse sentido, extraímos o cerne dessa crítica para pensar o negacionismo da história e das ciências humanas.

O projeto de provincialização da Europa não pode, portanto, ser um projeto de relativismo cultural. Não pode originar-se da posição de que a razão/ciências/universais que ajudam a definir a Europa como moderna são simplesmente ‘específicos da cultura’ e, portanto, pertencem apenas às culturas europeias. Para a questão não é que o racionalismo iluminista seja sempre irracional em si, mas sim uma questão de documentar como - através de que histórico processo - sua “razão”, que nem sempre foi evidente para todos, foi feito para parecer óbvio muito além do solo onde se originou. Se uma língua, como foi dito, é apenas um dialeto apoiado por um exército, o mesmo poderia ser dito das narrativas da ‘modernidade’ que, quase universalmente hoje, apontam para uma certa ‘Europa’ como o habitus primário do moderno (Chakrabarty, 2007, p. 43).

13 A modernidade europeia é caracterizada por Chakrabarty (2007) como a formação da própria sociedade europeia com suas interferências coloniais nos países do continente africano, asiático e americano que também foram influenciados.

A crítica inserida nos debates pós-coloniais (e não nos decoloniais) de Chakrabarty sobre as Ciências Humanas e o pensamento moderno europeu possibilitam refletir sobre novas perspectivas relevantes dos limites possíveis até onde podemos levar a teoria crítica da intelectualidade sem se autorizá-la em sua institucionalidade. Desse modo, elaborar os sentidos de “racionalidade”, “irracionalidade”, metafísica e religiosidade contribui para pensar nas complexidades do campo que visa combater o pensamento científico e eliminar seus resultados quando se tornam conhecimento público.

A crítica de Chakrabarty (2007) sobre o tema religioso indica que, quanto mais afastamos a análise sobre as formas de vida religiosa da Europa, mas vemos amalgamas e divisões porosas entre o que seria o “religioso” e o “secular”. As divisões entre o que é o secular e o religioso são mais nítidas no ambiente Europeu dos séculos XIX, XX e XXI, entretanto, ao olhar para sociedades que se fundaram de formas periféricas ao considerado centro do mundo, essas divisões além de serem inexistentes, muitas vezes foram estigmatizadas como “mágicas”, “feitiçarias” e “ingênuas”.

Frequentemente as produções que visam combater o negacionismo refletem sobre o papel da religião e das instituições religiosas no obscurantismo. No Brasil contemporâneo há uma produção densa e consolidada no campo da Antropologia e da Sociologia da religião para ligar com a interface religiosa no campo político e na produção do conhecimento científico. A questão é muito complexa e carrega consigo uma armadilha, cujos estigmas muitos intelectuais levam consigo, assim como trazem, também, uma herança da noção de religião como “ópio do povo”. O que os intelectuais sobre estudos religiosos apontam é que essas concepções *a priori* podem fazer com que se percebam menos as complexidades da temática. Todavia, essa crítica não se trata de uma simplificação entre defesa ou ataque das religiões, mas uma apostila na compreensão de sua espessura no tecido social, enraizamentos, pertencimento, construção de comunidade, mesmo quando não dita de maneira explícita.

A crítica de Chakrabarty, combinada a dos antropólogos e dos sociólogos da religião, nos fornece elaborações sobre o estudo do negacionismo nas Ciências Humanas que sai de lugares comuns da crítica segundo a qual os religiosos são vistos imediatamente como potenciais negacionistas ou como falhas do projeto iluminista. Chakrabarty faz uma crítica à forma específica de produzir conhecimento acadêmico como se fosse também uma forma de prática vista como necromântica. Em outras palavras, também afirma que a forma como se produz intelectualidade na contemporaneidade proveniente do pensamento moderno europeu é uma conversa com os mortos, dado que tratam intelectuais que já não vivem mais na contemporaneidade como se estivessem vivos e capazes de compreender o presente. Nessa crítica, não há uma busca por esfocar a produção intelectual e menos ainda uma atitude iconoclasta em relação aos clássicos¹⁴, mas uma proposta de autorreflexividade das Ciências Humanas sobre seu próprio *modus operandi*.

Para Ivan Jablonka (2024), não se trata de desclassificar a produção intelectual, mas sim, de compreender seu lugar na atualidade a partir de indícios sobre a formação acadêmica e sobre algumas crises às quais esse ofício está sujeito.

14 Há debates frutíferos acerca do porquê de ler os clássicos de Jeffrey Alexander (1996) e Ítalo Calvino (2007).

Há também a maneira pela qual as ciências humanas são percebidas. Na França, desde alguns anos, os políticos, tanto de direita como de esquerda, perseguem pesquisadores, que acusam de querer “desculpar” os terroristas ou minar o “romance nacional”. É cada vez mais compensador, no mundo político, nos Estados Unidos e outros lugares, exibir seu anti-intelectualismo: “Quanto menos procuro compreender o mundo que me cerca, mas me volto para a ação; quanto menos eu sei, mais forte me torno.” Em uma palavra, as ciências humanas de nada serviriam. Enfraquecidas pela austeridade orçamentária, mas instadas a serem rentáveis, desprezadas pelos tomadores de decisão, mas instrumentalizadas assim que possível, as ciências humanas atravessam um período difícil (Jablonka, 2024, p. 60).

De um lado temos uma perspectiva que debate a tensão entre academia e produções negacionistas, por outro temos uma visão crítica a respeito da inoperância da academia diante dessas produções. Todavia, a complexidade se torna evidente nos estudos sobre o negacionismo quando justamente essa produção vem de dentro da academia consolidada e o caso Faurisson explicita essa situação. Robert Faurisson (1929-2018) foi professor de literatura na Universidade de Lyon e ganhou fama após ter espaço no jornal *Le Monde* para publicar que o Holocausto não existiu (Moraes, 2022, p. 88-89). Esse caso foi levado ao judiciário que optou por não atribuir à uma verdade ou à uma mentira do discurso, mas o condenou porque seus escritos afirmam os autores do processo. Justamente, a crítica de Jean-Clément Martin (1998) ao estabelecer a diferença de atuação entre historiadores e juízes convoca os primeiros a pensarem sobre seu ofício e as articulações possíveis para que o negacionismo não se torne hegemônico ou aceitável como “um outro ponto de vista”.

David Magalhães e Odilon Caldeira Neto (2024) afirmam que a extrema-direita se articula transnacionalmente com referências diversas. Segundo os pesquisadores, em 2017 foi lançada por Steve Bannon¹⁵ uma iniciativa chamada *The Movement*, “um dos projetos [...] envolvia a criação de uma academia política e cultural chamada ‘Academia Ocidental Judaico-Cristã’, com o objetivo de formar uma nova elite intelectual conservadora” (Magalhães; Caldeira Neto, 2024, p. 7). As hipóteses sobre as possíveis consequências de uma produção intelectual com uma agenda pré-programada e com articulações transnacionais são várias. Desde uma possível produção de negação negacionista até cenários onde provar que passado passou seja visto como um mero ponto de vista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ascensão do negacionismo encontra-se intrinsecamente relacionada ao fenômeno da pós-verdade, conceito que descreve um cenário em que fatos objetivos perdem relevância frente a apelos emocionais e crenças pessoais. Conforme apontado por autores como Lee McIntyre (2018) e Matthew d’Ancona (2017), a pós-verdade representa uma ruptura epistemológica, na qual a verdade factual é subjugada por narrativas que ressoam com as identidades e os valores de grupos específicos. Essa dinâmica, ao priorizar a construção de uma realidade alternativa, alinhada aos

¹⁵ Steve Bannon foi assessor e estrategista de Donald Trump em 2017. Se tornou um porta-voz da extrema-direita mundial ao difundir ideias tradicionalistas de combate à modernidade.

interesses de grupos das novas direitas, contribui para a erosão do consenso em torno de evidências científicas ou, como bem examinado por João César de Castro Rocha (2022), o “Brasil é um laboratório mundial de criação de realidades paralelas”. Para ele, esse é o propósito da extrema direita brasileira, que compartilha as mesmas estratégias de seus aliados transnacionais.

Nesse contexto, as redes sociais, a mídia alternativa e a empresa Brasil Paralelo desempenham um papel central, funcionando como catalisadoras de narrativas negacionistas e facilitadoras da criação de *clusters* (aglomerados) informacionais. Esses “clusters”, por sua vez, reforçam visões distorcidas da realidade, isolando indivíduos em ecossistemas de informação homogêneos e resistentes a contradições. Para a extrema-direita, essa dinâmica permite a disseminação rápida e eficiente de discursos que questionam consensos históricos e científicos, ao mesmo tempo que fortalece a coesão interna de seus grupos de apoio.

Essa prática reflete um fenômeno mais amplo, segundo o qual grupos políticos associados ao governo utilizam ferramentas midiáticas e digitais para promoverem agendas ideológicas, reconfigurando o debate público. A escolha de fontes questionáveis, como a Brasil Paralelo — frequentemente acusada de disseminar desinformação —, evidencia uma tendência de como esses grupos operam nas redes digitais e como isso ocorre a partir de grupos, sujeitos e movimentos das novas direitas brasileiras. A fim de naturalizar e negar o conhecimento histórico-científico.

Ao mesmo tempo que se trata de um fenômeno político vinculado às extremas direitas, a produção negacionista se coloca como alternativa razoável ou um conhecimento legítimo em contraposição ao que seria parte do mundo acadêmico. Assim, as dinâmicas internas das Ciências Humanas e Sociais nos fazem refletir sobre os limites e complexidades de sua formação. Os(as) cientistas das Humanas e Sociais ora são chamados(as) a público ou a júri para apresentar formulações calcadas no real de suas pesquisas. Nessa toada, são levados(as) também a refletir sobre suas práticas e sobre o enquadramento analítico daquilo que o negacionismo do século XXI produz, para quê e para quem.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Jeffrey. *A Importância dos Clássicos*: In: Giddens, Anthony & Turner, Jonathan (org). Teoria social hoje, 1996.

AVILA, Arthur de Lima. Qual passado usar? A historiografia diante dos negacionismos (artigo). In: **Café História – história feita com cliques**. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/negacionismo-historico-historiografia/>. Publicado em: 29 abr. 2019. Acesso em junho de 2025.

CESARINO, Letícia. O mundo do avesso: verdade e política na era digital. São Paulo: Ubu, 2022.

CAFÉ HISTÓRIA. Negacionismo histórico e historiografia. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/negacionismo-historico-historiografia/>. Acesso em: 15 jan. 2025.

CALVINO, Italo. *Por que ler os clássicos*. Editora Companhia das Letras, 2007.

CHAKRABARTY, Dipesh. *The Two Histories of Capital, Provincializing Europe*. Postcolonial Thought and Historical Difference. New Jersey: Princeton University Press, 2007.

COHEN, Stanley. *Folk Devils and Moral Panics*: The creation of the Mods and Rockers. Londres: Routledge, 2011.

D'ANCONA, Matthew. *Post-truth: the new war on truth and how to fight back*. Ebury Press, 2017.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Autêntica, 2013.

HUTCHEON, Linda. Metafíscão historiográfica: o passatempo do tempo passado. In: **Poética do pós-modernismo**: história, teoria, ficção. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

JABLONKA, Ivan. *O terceiro continente*. ArtCultura, Uberlândia, v. 19, n. 35, p. 9-17, jul.- dez. 2017. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/41248/21809>. 01 jun. 2025.

JABLONKA, Ivan. *Modernizar as ciências humanas*. In: JABLONKA, Ivan. *Le Troisième Continent*. Paris, Seuils edition, 2024.

MCINTYRE, Lee. *Post-truth*. MIT Press, 2018.

MAGALHÃES, David; CALDEIRA NETO, Odilon. As vias de transnacionalização da ultradireita brasileira. **CEBRI-Revista**, v. 3, n. 11 (Jul-Set), 2024.

MARTIN, Jean-Clément. O tratamento histórico frente à verdade judicial. Juízes e historiadores. **Direito e Sociedade**, n. 38, 1998.

MORAES, Luís Edmundo de Souza. **O Negacionismo e o problema da legitimidade da escrita sobre o Passado**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. (org: Marieta Moraes Ferreira), São Paulo, 2011. ISBN: 978-85-98711-08-9. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019>.

MORAES, Luís Edmundo de Souza. A negação negacionista do Holocausto, suas metamorfoses e a ilusão de ótica. In: SCHURSTER, K.; GHERMAN, M.; FERREIRO-VÁZQUEZ, Oscar (org.). **Negacionismo: a construção social do fascismo no tempo presente**. Recife, PE: Edupe, 2022. p. 65-111.

MUDDE, Cas. **A extrema direita hoje**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.

NUNES, Rodrigo. Do transe à vertigem: Ensaios sobre o bolsonarismo e um mundo em transição. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

ROCHA, Camila. **Menos Marx, mais Mises: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018)**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-19092019-174426/pt-br.php>. Acesso em: 07 jan. 2025.

ROCHA, João César de Castro. **Brasil é laboratório de criação de realidade paralela**. Estado de Minas, Belo Horizonte, 21 out. 2022. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/pensar/2022/10/21/interna_pensar,1409943/castro-rocha-brasil-e-laboratorio-de-criacao-de-realidade-paralela.shtml. Acesso em: 20 jan. 2025.

ROSA, Pablo Ornelas; ANGELO, Vitor Amorim de; VIEIRA, Breno Buxton dos Reis; ALMEIDA, Víctor Aguiar de. **Econoconservadorismo e o Brasil Paralelo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2024. 150 p.

RUSEN, Jörn. *¿Qué es la cultura histórica? Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia.* Versão inédita em espanhol traduzida da versão original em alemão disponível em: FUSSMANN, Klaus; GRÜTTER, Heinrich Theo; RÜSEN, Jörn (Eds.). **Historische Faszination**; Geschichtskultur heute; Keulen, Weimar and Wenen: Böhlau, 1994.

TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar:** história, memória e política. Lisboa: Edições Unipop, 2012.

ZAMBELLO, Aline Vanessa; MATTOS E SILVA, Ivan Henrique; DI CARLO, Josnei. **Olavo de Carvalho e a guerra cultural das novas direitas:** entrevista com Alvaro Bianchi. Em Tese: Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 67-79, set./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/83706/47347>. DOI: <https://doi.org/10.5007/1806-5023.2021.e8370>. Acesso em: 7 janeiro de 2025.

(Recebido para publicação em 2 de março de 2025)

(Reapresentado em 4 de abril de 2025)

(Aprovado para publicação em 8 de abril de 2025)